ChatGPT 4 e soberania digital

» GUSTAVO MACEDO
Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, é professor no curso de Relações Internacionais do Ibmec SP

Na última semana, o aplicativo ChatGPT ganhou uma versão atualizada, o que acende ainda mais um alerta para os brasileiros. Afinal, cresce a pressão para o Brasil entrar de vez na discussão sobre as oportunidades que a inteligência artificial (IA) cria e os desafios que nos impõe. Entre eles, está a clara ameaça à nossa soberania digital e ao nosso direito de decidir sobre as leis que nos governam.

Com efeito, o Brasil é uma das mais vulneráveis economias emergentes quando o assunto é soberania digital. Nem o Marco Civil da Internet nem a Lei Geral de Proteção de Dados são suficientes para nos proteger dos novos riscos que surgem à democracia à medida que as tecnologias avançam de modo impressionante. Sendo assim, a nossa dependência de tecnologia e regulação estrangeira aumenta a um ritmo alarmante.

Quando o assunto é IA, o Brasil decidiu não liderar o debate. Decidimos isso ao longo dos últimos governos quando não investimos adequadamente em políticas de ciência e inovação. Optamos por isso quando decidimos pelo desencorajamento de nossos jovens de carreiras científicas, pela oferta de bolsas de pesquisa com valores e condições ruins, pelos cortes orçamentários das universidades e pela cultura empresarial arcaica de não investimento em inovação nacional.

Mesmo quando há interesse, com frequência optamos pelo atraso quando decidimos taxar as poucas iniciativas privadas em pesquisa e desenvolvimento (P&D); ou quando condenamos pesquisadores criativos a ambientes acadêmicos obsoletos. Dizemos que o subdesenvolvimento não é um acidente, é um projeto. De fato, decidimos pelo subdesenvolvimento quando escolhemos adiar a regulação positiva sobre a IA. Então, nos tornamos, novamente, reféns do que outros decidem por nós.

Estados Unidos, Europa e China lideram o que se produz e consome sobre tecnologia em inteligência artificial, seguidos por países como Japão, Índia e Israel. Em matéria de política internacional, países com longa tradição de incentivo em políticas científicas e de inovação colhem os frutos de seu investimento com juros e correção monetária em termos de dinheiro e poder. Criam o mercado: controlam a oferta e moldam sua demanda. Impõem suas regras e diminuem as chances de surgirem concorrentes.

As leis da política internacional são como as leis do mercado: países buscam acúmulo de poder como empresas buscam lucro. Não há espaço para amadorismo, improvisos ou soluções milagrosas. O planejamento é recompensado; a falta dele, punida. Quanto ao Brasil, uma vez que decidimos não ser produtores de IA, cabe decidirmos que tipo de consumidores queremos ser. Nessa escolha talvez possamos recuperar um pouco do poder do qual abrimos mão para nossos consortes internacionais.

Se o cliente tem sempre razão, devemos aproveitar períodos de concorrência internacional para aumentar nosso poder de barganha. Os grandes polos de produção tecnológica de IA estão buscando expandir suas atividades sobre economias como a brasileira. Trata-se de uma reserva de milhões de usuários e bilhões de dólares. Como um cliente disputado, devemos saber utilizar a concorrência entre vendedores para melhorar nossos preços e condições. Um exemplo de condições que podemos discutir é a questão da responsabilização e o grau de transparência, além da explicabilidade que exigiremos para o funcionamento de sistemas de IA no Brasil. O que está em jogo é nossa soberania digital.

A atual discussão sobre a regulação brasileira de IA deve levar tudo isso em consideração. O projeto de Lei 21/2020 e suas emendas seguem no Congresso com baixo interesse pela sociedade brasileira. Essa iniciativa apenas não será suficiente para regular a IA no Brasil, mas é um importante passo. Trata-se da oportunidade de buscarmos um equilíbrio entre a garantia de inovação econômica com proteção de direitos fundamentais.



Outro pacote de veneno?

» THAÍS BANNWART — *Porta-voz de Amazônia do Greenpeace Brasil*

» TATIANA OLIVEIRA — *Assessora política do Inesc e membro da coordenação colegiada da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip)*

» MAUREEN SANTOS — *Coordenadora da Fase e membro da Frente contra o Acordo UE-Mercosul e Efta-Mercosul*

A vinda dos ministros da Alemanha Robert Habeck e Cem Özdemir ao Brasil, em uma agenda que contou com a participação de ambos no Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Belo Horizonte, e uma visita na comunidade indígena Três Unidos, no Amazonas, trouxe à tona a discussão sobre o acordo comercial entre União Europeia-Mercosul, que aprofundará ainda mais a crise ambiental e a desigualdade entre os dois blocos.

Por mais de 20 anos, a União Europeia e os países do Mercosul tentam negociar esse acordo. Em 2019, quando o Brasil ainda estava sob a liderança de Jair Bolsonaro à frente do governo mais antidemocrático e antiambiental desde a redemocratização do país, um acordo de livre comércio foi alcançado. Ocorre que esse acordo condena os países sul-americanos ao subdesenvolvimento: por um lado, busca garantir as importações de commodities e matérias-primas da América do Sul, enquanto aumenta as exportações de produtos industriais e químicos de alto valor agregado oriundos da UE.

É importante relembrar que as negociações do acordo se deram a portas fechadas, sem transparência nem participação da sociedade civil de ambos os blocos. O único setor que mais tem informações sobre o acordo é o empresarial, cujos interesses particulares foram acolhidos no correr das negociações, demonstrando a assimetria de poder que atravessa esse processo.

Podemos dizer que o acordo vai nos levar para trás na ação climática e na proteção da sociobiodiversidade, em benefício das indústrias automotiva e farmacêutica europeia e do agronegócio de larga escala sul-americano. Devido à explosão do desmatamento na Amazônia e da violência contra povos indígenas e tradicionais do Brasil sob Bolsonaro, o acordo não foi ratificado pelas partes. Agora, em um novo contexto político no Brasil, a Comissão Europeia vê uma oportunidade de promover o acordo comercial UE-Mercosul e pressionam pela sua urgente ratificação.

Se o acordo for aprovado em sua forma atual, a mensagem clara é: o lucro de poucos prevalece sobre todos. O presidente Lula também manifestou preocupação com o acordo, enfatizando que quer um comércio mais justo e não está interessado em acordos comerciais que condenem o Brasil ao "eterno papel de exportador de commodities e matérias-primas". Porém, Lula e membros do governo têm avançado no diálogo sobre o acordo e indicado que querem rever o texto com a União Europeia. O acordo vai na contramão do que o governo está dizendo defender: não fomenta a inovação industrial, não protege a sociobiodiversidade ou a agroecologia, tampouco estimula a transição para um novo modelo de desenvolvimento. Pelo contrário, nos coloca numa trajetória de manutenção do status quo que inviabiliza esse futuro.

O acordo precisa ser rejeitado em sua totalidade. Pequenas mudanças, como a inclusão de um instrumento adicional, não serão suficientes para evitar os impactos negativos no clima, meio ambiente e dos direitos humanos. Além disso, o governo brasileiro não deve avançar com um acordo que foi finalizado durante o governo Bolsonaro, considerando todo seu histórico anti-indígena, antiambiental e antidemocrático.

Para enfrentar as diversas crises em nosso mundo, é preciso uma cooperação internacional que coloque a questão ambiental, os direitos humanos e a integração dos povos como elementos centrais. A União Europeia precisa ouvir as necessidades do Brasil e dos países do Mercosul, respeitar a soberania e as necessidades dos povos. Nós ouvimos palavras bonitas o suficiente. Agora, é hora de agir, pois não há comércio em um planeta morto.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

O mágico e o ciclista

Ninguém, em sã consciência, nem mesmo os mais otimistas dos economistas do país, apostam um níquel furado nessa tal de âncora fiscal, desenhada, às pressas, em garatujas ilegíveis, dentro dos muros do Palácio do Planalto. O princípio do teto de gastos, que poderia resolver um dos maiores, mais intricados e antigos problemas na área econômica do país, que é a excessiva diferença entre o que o governo arrecada e o que utiliza nas despesas para levar a cabo seus projetos e programas, mais uma vez parece que vai pelo ralo.

A questão nesse caso atual é simples e não exige muito esforço de reflexão. A população pode acompanhar que não houve menção, nem o esboço de um único traço sequer de algo semelhante a um programa ou plano para os próximos quatro anos de gestão. Veio numa situação tão surreal, que nem o próprio candidato tinha certeza na vitória. Apanhado de surpresa, também não se deu ao trabalho de elaborar um programa de governo, na certeza de que poderia desengavetar planos passados, na sua grande maioria, projetos populistas e sem lastro na realidade, todos eles feitos e executados com vista apenas às próximas eleições e na perpetuação no poder.

O preço do improviso, é claro, veio na forma de mais gastos e, consequentemente, aumento de impostos, camuflados ou não, onerando quem produz e desonerando quem se mantém na sombra do governo, em apoio a suas teses. O que esperar de um presidente que, em viagem à China, levará, a tiracolo, um time de empresários que figuraram como réus nos escândalos da Operação Lava-Jato? Não foi esse mesmo presidente que, ao reconhecer, erroneamente e sem reflexão, a China como economia de mercado, escancarando as portas do Brasil aos produtos daquele país, acelerou o processo de sucateamento de nossas indústrias em vários setores?

Diz o ditado que de onde nada se espera é que não pode vir nada mesmo. Não por outra razão, ao adentrar em seu terceiro mandato, o governo cuidou logo, mesmo antes de sentar na cadeira do Executivo, de arrombar o teto de gastos em mais de R$ 200 bilhões, num sinal premonitório e ruim do que virá pela frente. O passivo nas constas públicas reforça a ideia de que o que começa de forma errada, sempre acaba errada.

Não haverá a tão esperada rigidez nos gastos do governo, pois o montante de recursos que ele demonstra estar propenso a dispender é maior do que quaisquer regras venham a limitar. O populismo é um bolso furado que entende não valer a pena pagar as dívidas e sim gastar o que vê pela frente.

Culpar governos passados, de forma duvidosa, acusando-os de terem promovido um grande desequilíbrio fiscal, não cola nos ouvidos de ninguém. Pelo contrário, uma vista rápida nos números da economia nos governos Temer e Bolsonaro, mostra a preocupação que ambos tiveram em desmontar o deficit público herdado dos governos petistas. Quem ainda espera alguma fórmula milagrosa vinda dessa proposta de âncora fiscal desse governo, verá que, de fato, a montanha pariu um rato.

Querer convencer a opinião pública de que populismo e economia podem andar juntos, não esconde o fato de que esse processo só se torna viável por meio de pedaladas fiscais. Todos conhecemos o conjunto de medidas econômicas que visam iludir o público, tal como fazem os mágicos, que tiram coelhos e pombos de cartolas.

» A frase que foi pronunciada

"(...) quando as leis deixaram de ser executadas, pois isso só pode vir da corrupção da república, o Estado já está perdido."

Montesquieu, O Espírito das Leis

Arte

» Sucesso da exposição *Ecletismo nas Artes Visuais* com a curadoria e produção cultural de Malu Perlingeiro, e coprodução de Lia Paz. Veja no *Blog do Ari Cunha* as fotos que a homenageada Leda Watson nos mandou com a Gláucie Lima.

Gota d'água

» Aos poucos, a figura das mães vai sendo perdida nos absurdos do futuro é agora. Homens que menstruam, amamentam e jogam em times femininos. Chegando no Dia das Mães somos quase proibidas de pronunciar "leite materno". Atualmente, o correto, para a minoria, é dizer "leite humano".

Evasão Escolar

» Vejam no *Blog do Ari Cunha* a íntegra do guia *Papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento da exclusão escolar*, desenvolvido pelo Unicef, Undime e Itaú Social. É importante que as Comissões de Educação do Senado e Câmara conheçam o teor da que apoia a atuação das organizações sociais e poder público para a superação dos índices de abandono e evasão escolar, aprofundada durante a pandemia da covid-19.

» História de Brasília

O único bloco da Esplanada dos Ministérios que tem dependência transformada em residência é o Bloco 9. (**Publicada em 17/3/1962***)*